**A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA COMO FORMA DE
CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO**

**SOCIAL RESPONSIBILITY OF THE COMPANY AS A MEANS OF ACHIEVING
THE RIGHT TO DEVELOPMENT**

Maitê Cecília Fabbri Moro¹

Claudia Elly Larizzatti Maia²

RESUMO: O desenvolvimento dos direitos fundamentais marca o reconhecimento de novos valores por parte da sociedade, hoje protegidos pelo direito. Os direitos de terceira geração estão voltados à tutela da solidariedade, passando a considerar o homem como não vinculado a esta ou àquela categoria, a este ou aquele Estado, mas como um gênero com anseios e necessidades comuns, e que somente serão supridos a partir da união de esforços na construção de um mundo melhor, revelando a preocupação concreta com a paz, o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Neste contexto, a empresa é importante agente dessa transformação. A lucratividade deixou de ser a única preocupação da empresa moderna, para ser mais uma. Espera-se das empresas modernas uma preocupação com a ética empresarial e ambiental, em outras palavras, com a responsabilidade social da empresa, a melhoria das condições de toda a sociedade, a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. E essa mudança de hábitos e postura representa, nos dias de hoje, uma vantagem competitiva para as empresas. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar, por meio da pesquisa na doutrina e legislação vigente, que o empresário não deve apenas visar a atividade empresarial como uma dimensão individual mas coletiva da sociedade, no qual deve-se preservar o meio ambiente por meio de uma postura ética, em conformidade com preceitos legais e a dignidade da pessoa humana, bem como essa postura ética e em conformidade com a função social da empresa, resulta em ganho social e econômico para as empresas.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; ética; sustentabilidade; responsabilidade; empresa.

ABSTRACT: The historical development of fundamental rights establishes the recognition of new values by society, now protected by the effective instrument of law. The third generation rights are aimed at safeguarding solidarity, considering man as not bound to this or that category, with this or that state, but as a genre with common needs and desires, and that will only be supplied from the joint efforts in building a better world, revealing the concrete concern with peace, economic development and the environment. In this sense, the company concerned with business and environmental ethics should not be concerned only with profit, but look through company's social responsibility, the improvement of the whole society, the environment protection and sustainable development. This study aims to demonstrate, through research in doctrine and legislation, the entrepreneur should not only target the business activity as an individual but collective dimension of society, which should preserve the

¹ Advogada – Consultora na área de Propriedade intelectual. Mestre e Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. E-mail: maitemoro@gmail.com

² Mestranda em Direito pela Universidade Nove de Julho, em Justiça, Empresa e Sustentabilidade. Graduada em Direito pela Universidade Nove de Julho. Advogada. E-mail: celmaia66@gmail.com

environment through a ethical, in accordance with legal requirements and human dignity, and that ethical and in accordance with the social function of the company, resulting in social and economic gain for companies.

Keywords: Fundamental rights; ethics; sustainability; responsibility; company.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar, com base na legislação vigente e na doutrina, como os direitos fundamentais, arduamente conquistados por meio de atos e fatos históricos, posicionamentos ideológicos e filosóficos, bem como textos normativos que configuraram um corpo jurídico de instituições e normas de caráter declaratório internacional e de direito fundamental constitucional, marcam o reconhecimento de novos valores por parte da sociedade, que os estima como valiosos e, nesse sentido, são protegidos mediante o eficaz instrumento do direito.

O desenvolvimento sustentável é um valor supremo, acolhido pela Constituição Federal de 1988, desde seu preâmbulo e em vários de seus artigos. O princípio do desenvolvimento sustentável, presente no caput do artigo 225 de nossa Carta Magna, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defesa do meio ambiente, bem como de preservá-lo para a hodierna e futuras gerações.

Os direitos da terceira geração estão voltados à tutela da solidariedade, passando a considerar o homem como não vinculado a esta ou àquela categoria, a este ou àquele Estado, mas como um gênero com anseios e necessidades comuns, que somente serão supridos a partir da união de esforços na construção de um mundo melhor, revelando a preocupação concreta com a paz, o desenvolvimento econômico, social e o meio ambiente.

A proteção ao meio ambiente é dever de todos, fazendo parte de sua cadeia os seres humanos e não humanos e, por isso, todos, de maneira geral, devem ter a preocupação de não poluir o meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável do planeta, por meio da manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades. Garante-se dessa forma uma relação satisfatória entre os homens e o meio ambiente, para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de desfrutar dos mesmos recursos que estão hoje à nossa disposição.

Neste mesmo sentido, a empresa preocupada com a ética empresarial e ambiental não deve preocupar-se apenas com a lucratividade, mas com a sociedade como um todo, de modo especial com a conscientização da iniciativa privada da adoção de práticas sustentáveis.

A responsabilidade social da empresa, voltada para a melhoria das condições de vida de todos, deve integrar as preocupações sociais e ecológicas das atividades comerciais, além das relações entre todas as partes envolvidas, desde diretores, administradores, membros de conselhos de administração e fiscais, funcionários, fornecedores, clientes, a fim de satisfazer as obrigações jurídicas aplicáveis, investindo no capital humano e no meio ambiente. Sentido, há de se indagar se, o cumprimento das normas com vistas à sustentabilidade, bem como o primado da função social da empresa e do contrato, efetivamente resulta num ganho social e econômico para a empresa.

A CONDIÇÃO HUMANA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE TERCEIRA GERAÇÃO

Em sua obra, *A Condição Humana*, Hannah Arendt afirma que, *in verbis*:

A Terra é a própria quintessência da condição humana e, ao que sabemos, sua natureza pode ser singular no universo, a única capaz de oferecer aos seres humanos um habitat no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício. O mundo – artifício humano – separa a existência do homem de todo ambiente meramente animal; mas a vida, em si, permanece fora desse mundo artificial, e através da vida o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos.³

As condições da existência humana, segundo Hannah Arendt, estariam representadas pelas três atividades humanas fundamentais: labor, que seria a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, ou seja, a própria vida; trabalho, a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, a mundanidade; e ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, o que corresponde à pluralidade e a condição de toda a vida política.⁴

Em sua dissertação de mestrado, Mariana de Mattos Rubiano analisa a questão da liberdade em Hannah Arendt, ao afirmar que, para a autora, ser livre significa agir em um espaço publicamente organizado: os homens são livres, diferentemente de possuírem o dom

³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004, p. 10.

⁴ Idem, p. 15.

da liberdade, enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma única e mesma coisa. Isto posto, a ação deve ser entendida como feitos e palavras expressos na presença de outros, e a ação, pelo seu caráter público, acontece perante outros, podendo assim estabelecer um novo período histórico, interrompendo o curso automático dos acontecimentos e estabelecendo uma realidade própria. A ação entre os homens teria a potência de definir os rumos do mundo comum, e a liberdade significaria, nessa perspectiva, participar dos assuntos públicos. Os atos humanos seriam sempre ligados a uma motivação, visando a um objetivo e, como a motivação é subjetiva, não seria possível conhecer todos os motivos em jogo em uma ação, e nem garantir que o objetivo fosse alcançado. Para a ação ser livre, ou seja, política, devem ser transcendentais tanto a subjetividade do sujeito quanto o fim intencionado como um efeito previsível. A ação somente será livre quando ultrapassasse os ditames da vontade e estiver de acordo com um princípio que possa ser reconhecido por outros homens.⁵

A política diz respeito a muitos, e a liberdade não se resumiria aos direitos civis ou ao exercício das atividades privadas, posto que ligada ao domínio político. Para poder participar das atividades públicas, é necessário assegurar um mínimo de independência individual, pois a liberação precede a liberdade. Ser livre não quer dizer possuir uma liberdade plena, mas sim poder decidir não somente sobre os assuntos privados, mas também participar das decisões dos assuntos públicos, já que as ações em conjunto têm o poder de decidir sobre os assuntos comuns.⁶

Segundo Zygmunt Bauman, em consonância com Norbert Elias, este acertadamente substituiu o “e” e o “versus” pelo “de”, deslocando o discurso do imaginário das duas forças, travadas numa batalha entre liberdade e dominação para uma concepção recíproca, com a sociedade dando forma à individualidade de seus membros, e os indivíduos formando a sociedade a partir de suas ações na vida, enquanto seguem estratégias plausíveis e factíveis na rede socialmente tecida de suas dependências. A sociedade moderna existe em sua atividade incessante de individualização, bem como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos sociais.⁷

⁵ RUBIANO, Mariana de Mattos. *Liberdade em Hannah Arendt*. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 201, pp. 18-19. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-09112011-145638/>>. Acesso em: 2013-08-08.

⁶ Idem.

⁷ BAUMAN, Zygmund, apud ELIAS, Norbert, *A sociedade dos indivíduos*. In *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 39.

Nessa mesma linha, segue Eduardo Portella, ao dizer que a ideia de identidade encontrou receptividade nos quatro cantos do mundo, fundando movimentos políticos, fortalecendo opções religiosas, orientando práticas sociais, instalando-se no centro da história. O conceito de identidade, em vez de libertar, funcionou como uma prisão. Emancipar-se da identidade corresponde a construir a identidade possível, reconstruindo o jogo da vida do mundo, lugar em que se entrecruzam múltiplos olhares das mais longínquas regiões. A partir daí, a identidade se emancipa do absoluto identitário, inventando novas formas de convivência. A emancipação da identidade consiste no em uma construção permanente e interminável, levada a efeito dinamicamente em meio às vicissitudes do real.⁸

De acordo com Fábio Konder Comparato, é a partir do período axial (compreendido entre 600 e 480 a.C.) (sic):

(...) que, pela primeira vez na História, o ser humano passa a ser considerado, em sua igualdade essencial, como ser dotado de liberdade e razão, não obstante as múltiplas diferenças de sexo, raça, religião ou costumes sociais. Lançavam-se, assim, os fundamentos intelectuais para a compreensão da pessoa humana e para a afirmação da existência de direitos universais, porque a ela inerentes.⁹

Foi ainda durante esse período axial da História que despontou a ideia de uma igualdade essencial entre todos os homens, e essa convicção de que todos os seres humanos têm direito a ser igualmente respeitados, pelo simples fato de sua humanidade, nasce vinculada à lei escrita, como regra geral e uniforme, igualmente aplicável a todos os indivíduos que vivem em uma sociedade organizada.¹⁰ Segundo Comparato, se o homem não cria valores do nada, a avaliação individual dos bens da vida varia muito, o que exige, para uma convivência harmoniosa, o consenso social sobre a força ética de uma hierarquia de valores. Sempre existirão bens ou ações humanas que valem mais ou menos do que outros, e a essência do ser humano é evolutiva, pois o ser individual estará sempre incompleto, inacabado e em contínua transformação. O caráter único e insubstituível de cada ser humano, portador de um valor próprio, veio demonstrar que a dignidade da pessoa existe singularmente em todo indivíduo.¹¹

⁸ PORTELLA, Eduardo. *Modernidade no vermelho*. In SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Brasil. Um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p p. 462 e 463.

⁹ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 8ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013, p.p. 23 e 24.

¹⁰ Idem, p. 24.

¹¹ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 8ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, pp. 38/43.

Norberto Bobbio afirma que o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não é mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los. Assim, para o autor, o problema não seria filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata mais de saber qual é a sua natureza ou seu fundamento, e sim qual é a maneira mais segura de garanti-los, a fim de impedir a sua contínua violação.¹²

Pode-se dizer que a fundamentação dos direitos humanos teve sua solução atual na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1948. A Declaração representa a manifestação da única prova por meio da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido.¹³

Para Bobbio, quando os direitos do homem eram considerados somente direitos naturais, a única defesa contra a sua violação pelo Estado, também considerado um direito natural, era o direito à resistência. Com o surgimento das Constituições que reconheceram a proteção jurídica de alguns desses direitos, o direito à resistência foi positivado, possibilitando assim uma ação judicial contra os próprios órgãos do Estado. A extensão dessa proteção, de Estados para Estados, ao mesmo tempo que a proteção desses mesmos direitos em um degrau mais elevado, ou seja, o da comunidade internacional, poderá tornar cada vez menos provável a alternativa entre opressão e resistência.¹⁴

Deste modo, a evolução dos direitos do homem passou primeiramente por três fases, inicialmente afirmando-se os direitos de liberdade, com a tendência de limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado; depois, em um segundo momento, foram propugnados os direitos políticos, os quais, concedendo a liberdade não apenas negativamente mas positivamente, como autonomia, possibilitando assim a participação cada vez mais ampla e generalizada dos membros de uma comunidade no poder político; para enfim, serem proclamados os direitos sociais, expressando o amadurecimento de novas exigências ou valores, como os do bem-estar e da igualdade por meio do Estado.¹⁵

Os direitos humanos são, indubitavelmente, um fenômeno social e, entre os vários pontos de vista onde podem ser examinados, há lugar para a sociologia jurídica. Isto porque aumentou a quantidade de bens considerados merecedores de tutela, sendo estendida a

¹² BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 25.

¹³ Idem, p. 26.

¹⁴ Idem, p. 31.

¹⁵ BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 32

titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem, ou porque o próprio homem não é mais considerado como um ente genérico, mas é visto na especificidade ou na concreticidade de suas diversas maneiras de ser em sociedade. Existem, nesses três processos, relações de interdependência, com o reconhecimento de novos direitos.¹⁶

Os direitos da nova geração nascem todos do perigo à vida, à liberdade e à segurança, provenientes do progresso tecnológico, como o direito de viver em um ambiente não poluído, responsável pelo surgimento dos movimentos ecológicos que abalaram a vida política tanto dos Estados quanto da comunidade internacional.¹⁷

O meio ambiente foi uma área contemplada pelos direitos de terceira geração, e sua proteção foi garantida pela Declaração de Estocolmo em 1972, e reafirmada na Declaração do Rio em 1992¹⁸, segundo a qual:

Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.¹⁹

O desenvolvimento sustentável é, portanto, um valor supremo acolhido pela Constituição Federal brasileira de 1988, e o princípio do desenvolvimento sustentável, presente no caput do artigo 225 da Constituição Federal, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defesa do meio ambiente, bem como de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.²⁰

Os direitos e liberdades não foram conquistados pacificamente, mas sim por meio de uma luta árdua, baseando-se historicamente no modelo ocidental. São atos e fatos históricos, posicionamentos ideológicos, posições filosóficas, textos normativos e instituições que configuraram um corpo jurídico de institutos, princípios, e normas de caráter declaratório internacional e de direito fundamental constitucional, a fim de dotar de eficácia real a dignidade da pessoa humana na sua multiplicidade de manifestações, por intermédio dos direitos humanos. É o que pode ser chamado de *dinamogenesis* dos valores que, segundo

¹⁶ Idem, p. 63.

¹⁷ Idem p. 209.

¹⁸ SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; ROCASOLANO, Maria Mendez. *Direitos humanos. Conceitos, significados e funções*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 178.

¹⁹ Princípio nº 1 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

²⁰ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

Maria Rocasolano, é a tese fundamental para explicar como se forma o conteúdo do direito ao meio ambiente.²¹

Em síntese, o desenvolvimento histórico marca o reconhecimento de novos valores por parte da sociedade, que os estima como valiosos e, nesse sentido, os protegerá mediante o eficaz instrumento do direito.²²

Os direitos de terceira geração se voltam à tutela da solidariedade, passando a considerar o homem como não vinculado a esta ou àquela categoria, a este ou àquele Estado, mas como um gênero com anseios e necessidades comuns, e que somente serão supridos a partir da união de esforços na construção de um mundo melhor, revelando a preocupação concreta com a paz, o desenvolvimento econômico, social e o meio ambiente.²³

No que diz respeito ao princípio do desenvolvimento sustentável, é necessário compreender que, basicamente, seu intuito é o de incluir a proteção do meio ambiente como parte integrante do processo global de desenvolvimento dos países. Surge então a necessidade de se conciliar os diversos valores igualmente relevantes, como, por exemplo, o exercício das atividades produtivas e do direito de propriedade, o crescimento econômico, a exploração dos recursos naturais de maneira consciente e racional, o controle das atividades potencialmente poluidoras e a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético dos países.

A EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Ingo Wolfgang Sarlet, todo e qualquer preceito da Constituição é dotado de certo grau de eficácia jurídica e aplicabilidade.²⁴

Sobre a universalidade dos princípios, Hannah Arendt afirma que, distintamente de sua meta, o princípio de uma ação pode ser repetido mais uma vez, sendo inexaurível, e, diferentemente de seu motivo, a validade de um princípio é universal, não se ligando a nenhuma pessoa ou grupo em especial.²⁵

²¹ SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; ROCASOLANO, Maria Mendez. Direitos humanos. Conceitos, significados e funções. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 185.

²² Idem, p. 199.

²³ Idem, p. 201.

²⁴ SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais. Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 11ª ed. Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012, p. 257.

²⁵ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005, p. 199.

O artigo 5º, parágrafo 1º da Constituição brasileira preceitua que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Em sentido amplo, a fixação de princípios, regramentos ou garantias é uma forma de tutela jurídica. Os princípios, como normas jurídicas que são, podem dar origem a direitos subjetivos públicos ou privados, ou mesmo interesses protegidos, capazes de originar pretensões frente à parte adversária ou mesmo contra o Estado, cuja tutela jurisdicional será outorgada pelo respectivo órgão jurisdicional, que determinar coercitivamente a observância de tais normas ou as consequências de sua inobservância.²⁶

Por sua natureza, a Constituição possui, entre outras, normas de princípio ou esquema, com grande caráter de abstração, a fim de alcançar situações que não foram expressamente contempladas ou detalhadas no texto. A interpretação constitucional serve-se de princípios próprios, apresentando especificidades e complexidades a ela inerentes, conectada à interpretação das leis infraconstitucionais, e a jurisdição constitucional se verifica pela compatibilidade entre as leis ordinárias e as normas constitucionais.²⁷

Para Celso Antônio Bandeira de Mello,

Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de valores fundamentais contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra. Isto porque, com ofendê-lo, abatem-se as vigas que o sustentam e alui-se toda a estrutura nelas esforçada.²⁸

Os bens sociais, nos quais se incluem o direito a uma vida digna, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, existem fora e acima da letra expressa das normas legais, nas quais não se esgotam, e se encontram em permanente mutação.²⁹ O princípio do desenvolvimento sustentável é um reflexo da visão política relacionada à problemática ambiental, que foi consagrada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

²⁶ PEREIRA, Thomaz Henrique Junqueira de Andrade. O direito fundamental à tutela jurisdicional. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 62. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-30062009-120334/>>. Acesso em: 2013-08-09.

²⁷ BARROSO, LUÍS Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999, pp. 103/105.

²⁸ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 12ª ed. São Paulo: Malheiro, 2000, p. 748.

²⁹ BARROSO, LUÍS Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 149.

Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992. A proteção do meio ambiente possui a mesma importância dos valores econômicos e sociais protegidos pela ordem jurídica vigente. A exploração dos recursos naturais de maneira racional, consciente e eficiente, bem como a preservação, a restauração dos ecossistemas e dos processos ecológicos essenciais para as futuras gerações, e o controle das atividades potencialmente poluidoras, estão implícitos neste princípio constitucional.

De acordo com Juarez Freitas, o princípio do desenvolvimento sustentável:

*(...) trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.*³⁰

A sustentabilidade não é um princípio abstrato ou de observância protelável, que vincula plenamente, mostrando-se inconciliável com o reiterado descumprimento da função socioambiental de bens e serviços. Não seria razoável, então, tratá-lo como um simples princípio literário, remoto ou de concretização adiável, invocado apenas por razões de marketing, pois suas razões são filosóficas, biológicas, éticas e constitucionais.³¹

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer em seus princípios fundamentais a *dignidade da pessoa humana*,³² adotou uma visão explicitamente antropocêntrica, atribuindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país³³ uma posição de centralidade em relação ao nosso sistema de direito positivo. Por esta visão, o direito ao meio ambiente é voltado para a satisfação das necessidades humanas, o que não impede que a vida, em todas as suas formas, seja protegida, conforme determina o artigo 3º da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81)³⁴, cujo conceito de meio ambiente foi inteiramente recepcionado.³⁵

³⁰ FREITAS, JUAREZ. Sustentabilidade. Direito ao futuro. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012, p. 41.

³¹ Idem, p. 39.

³² Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;

³³ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; e Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

³⁴ Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente; III -

Ainda, segundo Juarez Freitas, a sustentabilidade é multidimensional, ou seja, é jurídico-política, ética, social, econômica e ambiental, vinculada de modo especial a ética e a dimensão jurídica, pois se trata de princípio constitucional implícito incorporado por norma geral inclusiva (artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição Federal), requerendo eficácia direta e imediata de imperativos da responsabilidade partilhada pelo ciclo de vida dos produtos e serviços. Não se coaduna com a crença no crescimento material como fim em si, importando preservar o legado da biodiversidade. O progresso material não pode, portanto, sonegar o imaterial. Deve também estar indissolúvelmente associado ao bem estar duradouro, de modo especial quanto aos *stress* climático e as vulnerabilidades sociais, implicando na prática da equidade, na relação com as gerações futuras e à realização da equidade no presente, a fim de erradicar a miséria, as estruturas de injustiças e as discriminações, promover a segurança e a reeducação alimentar, entre outros, requerendo assim uma cidadania ecológica ativista do bom desenvolvimento, aliado da justiça ambiental.³⁶

A Política Nacional de Meio Ambiente, prevista pela Lei nº 6.938/1981, em seu artigo 4º³⁷, visa, entre outros objetivos (sic):

(...) à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologia nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais; à divulgação de dados e informações ambientais voltados à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação e restauração dos recursos ambientais para que estes sejam utilizados de forma racional e ocorra a sua

poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos; IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental; V - recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera.

³⁵ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, pp.15-16.

³⁶ FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade – direito ao futuro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012, pp. 50-54.

³⁷ Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará: I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais; V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico; VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida; VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

disponibilidade permanente, a concorrer para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.³⁸

Em seu artigo 5º, a lei dispõe que as Diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º, ou seja, que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A proteção ao meio ambiente é dever de todos, fazendo parte de sua cadeia os seres humanos e não humanos (rios, terras, mares, fauna, flora), enfim a biota. Assim, todos, de maneira geral, devem ter a preocupação de não poluir o meio ambiente.

O princípio do desenvolvimento sustentável teria então, por conteúdo, a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo assim uma relação satisfatória entre os homens e o meio ambiente, para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de desfrutar dos mesmos recursos que estão hoje à nossa disposição.³⁹

O bem difuso, que não é nem público e tampouco privado, tem como titulares pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato, como na Constituição Federal de 1988: igualdade de todos perante a lei; direito à vida digna; educação; meio ambiente natural, etc. São normas principiológicas que assumem a característica de direito transindividual e de natureza indivisível. O artigo 225 da Constituição Federal estabelece a existência jurídica de um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, configurando, assim, uma nova realidade jurídica. O dispositivo determina que todos são titulares desse direito, não se reportando a uma pessoa individualmente considerada, mas sim à toda a coletividade. O bem ambiental é, portanto, um bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida⁴⁰

³⁸ MENEGUZZI, Rosa Maria. *Conceito de licitação sustentável*. In SANTOS, Murillo Giordan; BARLI, Teresa Villac Pinheiro. (Coord.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis*. Belo Horizonte, Editora Fórum: 2011, p. 23.

³⁹ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 9ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, p. 28.

⁴⁰ Idem, p. 70 e 71.

Nesse sentido, o artigo 225 da Constituição Federal visa garantir a proteção ao meio ambiente, ao determinar como legitimados passivos pelos danos ao meio ambiente tanto o Poder Público, quanto a coletividade, daí a dimensão da responsabilidade solidária dos causadores do dano ambiental.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS EMPRESAS

Ao analisar o conceito de ética, salienta José Renato Nalini que:

A ética é uma disciplina normativa, não por criar normas, mas por descobri-las e elucidá-las. Seu conteúdo mostra às pessoas os valores e princípios que devem nortear sua existência (...) o complexo de normas éticas se alicerça em valores, normalmente designados valores do bom.⁴¹

Na definição de Newton De Lucca,

(...) a parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo especialmente a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.⁴²

Ao tratar de ética ambiental, deve-se ter consciência que a degradação do meio ambiente atingiu tal nível, que o assunto hoje tem suma importância para toda a sociedade nacional e internacional. Como já foi dito, o desenvolvimento sustentável é um valor supremo, acolhido pela Constituição Federal de 1988, o qual impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defesa do meio ambiente, e a sua preservação para todas as gerações.

No âmbito da administração pública, temos como exemplo de uma prática efetiva na defesa do meio ambiente, a Lei nº 12.349/2010, que modificou o artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, e que, por sua vez, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, ao instituir normas para licitações e contratos da Administração Pública acrescentando ao artigo “a promoção do desenvolvimento nacional sustentável”. O Ministério do Planejamento emitiu a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, a fim de dispor sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela

⁴¹ NALINI, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. 9ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012, p. 30.

⁴² DE LUCCA, Newton. *Da ética geral à ética empresarial*. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009, p. 60.

Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas (art. 1º); o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade (art. 2º); e, nas licitações que utilizem como critério de julgamento o tipo melhor técnico ou técnica e preço, deverão ser estabelecidos no edital da licitação critérios objetivos de sustentabilidade ambiental para a avaliação e classificação das propostas (art. 3º).

A empresa privada não poderia deixar de lado a questão da ética ambiental, pois, segundo Newton De Lucca, esta é:

(...) célula de base de toda economia industrial. Em economia de mercado, é, com efeito, no nível da empresa que se efetua a maior parte das escolhas que comandam o desenvolvimento econômico: definição de produtos, orientação de investimentos e repartição primária de rendas, esse papel-motor da empresa é, por certo, um dos traços dominantes de nosso modelo econômico: por seu poder de iniciativa, a empresa está na origem da criação constante da riqueza nacional; ela é, também, o lugar da inovação e da renovação.⁴³

Para Rafael Gómez Pérez,

O interesse quase universal em ética nos negócios é um fenômeno relativamente recente, que tem sido notado especialmente no país que representa a primeira potência econômica mundial, os Estados Unidos. A introdução de programas de ética de negócios em instituições de formação de empreendedorismo não é novo. Os Estados Unidos, como nação, têm uma tradição religiosa e, em alguns aspectos, puritana. E é uma coisa religiosa perguntar se você tem o dever de fazer, de se comportar honestamente.⁴⁴

A ética empresarial é possível, não devendo a empresa preocupar-se apenas com a questão do lucro, objetivo societário, tampouco com o atingimento do objeto social, mas

⁴³ DE LUCCA, Newton. Da ética geral à ética empresarial. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009, p. 313-314.

⁴⁴ "El interés casi general por la ética empresarial es un fenómeno relativamente reciente que se ha notado sobre todo en el país que representa la primera potencia económica mundial; los Estados Unidos. La introducción de programas de business ethics en las instituciones de formación de empresarios no es de ahora. Estados Unidos, como nación, tiene una tradición religiosa y, en algunos aspectos, puritana. Y es algo religioso preguntarse si uno no hace hecho lo que tiene el deber de hacer; si se comporta honradamente". (PÉREZ, Rafael Gómez. Ética Empresarial. Teoría y casos. 3ª ed. Madrid: Ediciones Rialp, S.A., 1999, p. 53

também da sociedade como um todo, de modo especial com a conscientização da iniciativa privada da adoção de práticas sustentáveis.

Nas palavras de José Renato Nalini,

(...) a sofisticação do mercado e o esclarecimento do consumidor permitem que ele distinga a escala valorativa do produto e do fornecedor. Não basta à empresa se autodenominar ecologicamente correta, se incide e reincide em más práticas ambientais, e mostra que a sua opção ecológica é puro marketing. Verdade, franqueza, transparência, são valores de que nem as pessoas, nem as entidades formadas para os mais distintos objetivos podem descuidar.⁴⁵

É o que chamamos de responsabilidade social da empresa, voltada para a melhoria das condições de vida de todos, que integra as preocupações sociais e ecológicas das atividades empresariais, além das relações entre todas as partes envolvidas, desde diretores, membros de conselhos de administração e fiscais, administradores, funcionários, prepostos, fornecedores, clientes, a fim de satisfazer as obrigações jurídicas aplicáveis, investindo no capital humano e no meio ambiente. Newton de Lucca, afirma que, do amplo debate que o tema comporta, cumprir uma função social implica em assumir a plenitude da responsabilidade social, ou seja, a consciência coletiva de que, como cidadãos ou empresários, existe o indeclinável dever ético de praticar políticas sociais tendentes a melhorar as condições e a qualidade de vida de todos os nossos semelhantes.⁴⁶

Dentre os princípios do Direito Ambiental que regem a responsabilidade dos causadores pelo dano ambiental, estão o princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal, previsto no parágrafo 1º, e nos incisos do artigo 225, da Constituição Federal, regulamentados pela Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O Poder Público, cujo principal objetivo é o bem comum, tem o dever e a obrigação de defender e preservar o meio ambiente, não somente através do Poder de Polícia da Administração Pública, mas também por ações positivas diretas, como, por exemplo, CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, e/ou indiretamente, por meio de empresas públicas, sociedades de economia mista, e fundações públicas.

⁴⁵ NALINI, José Renato. Sustentabilidade e ética empresarial. In SILVEIRA, Oliveira da; MEZZARROBA, Orides (Coord.). Justiça, empresa e sustentabilidade. Vol. 2. Empresa, sustentabilidade funcionalização do direito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 121

⁴⁶ DE LUCCA, Newton. Da ética geral à ética empresarial. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009, p. 329

Este princípio está intimamente ligado aos da precaução e da prevenção, que, segundo Celso Fiorillo, é preceito fundamental, uma vez que os danos ambientais muitas vezes são irreversíveis e irreparáveis. A prevenção e a preservação devem ser concretizadas por meio de uma consciência ecológica, a ser desenvolvida através de uma política de educação ambiental.⁴⁷

Já o princípio da precaução designa ações de proteção contra o perigo abstrato ambiental, enquanto que o da prevenção trabalha com o perigo já diagnosticado e conhecido, São mecanismos para a gestão antecipatória, inibitória e cautelar de riscos ambientais.⁴⁸

Quanto ao princípio do poluidor pagador, este não tem por objetivo induzir as empresas a poluir para depois pagar pelo dano. De acordo com Fiorillo, este princípio possui duas órbitas de alcance: evitar a ocorrência de danos ambientais (caráter preventivo); e, ocorrido o dano, a sua reparação (caráter repressivo).⁴⁹

O artigo 4º, inciso VII da Lei nº 6.938/1981), dispõe que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. Destarte, o poluidor será responsabilizado objetivamente caso venha a causar degradação ao meio ambiente, a partir do binômio dano/reparação, o qual deve ser integral.

A responsabilidade civil objetiva, advinda da teoria do risco, preceitua que (sic):

(...) todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem o causou, independentemente de ter ou não agido com culpa. Resolve-se o problema na relação de causalidade, dispensável qualquer juízo de valor sobre a culpa do responsável, que é aquele que materialmente causou o dano.⁵⁰

O parágrafo 1º do artigo 14 da Lei nº 6.938/1981, institui a responsabilidade objetiva aos causadores de dano ambiental, pois o meio ambiente, ecologicamente equilibrado, é direito de todos, protegido pela Constituição Federal, que considera bem de uso comum do

⁴⁷ FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 9ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, p. 49.

⁴⁸ BERTOGNA, Veridiana. Princípios constitucionais ambientais aplicáveis às licitações sustentáveis. In SANTOS, Murillo Giordan; BARLI, Teresa Villac Pinheiro. (Coord.). Licitações e contratações públicas sustentáveis. Belo Horizonte, Editora Fórum: 2011, p. 93.

⁴⁹ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 9º ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 37.

⁵⁰ CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 10 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012, p. 152

povo e essencial à sadia qualidade de vida. É o que os autores chamam de Direito de terceira geração, que assiste, de modo subjetivamente indeterminado, a todo gênero humano.⁵¹

A responsabilidade dos causadores do dano ambiental é solidária, com fundamento nos artigos. 3º, inciso IV, e 14, § 1º, da Lei 6.398/1981, combinado com o artigo 942 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei 6.938/81. A responsabilidade pelo dano ambiental recairá sobre todos aqueles que através de sua atividade causaram o dano.⁵²

A Lei nº 11.105/2005, que dispõe sobre a Política Nacional da Biossegurança também prevê a responsabilidade solidária, em seu artigo 20, segundo o qual os responsáveis pelos danos ao meio ambiente e a terceiros responderão, solidariamente, por sua indenização ou reparação integral, independentemente da existência de culpa.⁵³

Se as normas vigentes visam a proteção ao meio ambiente, cabe ao empresário também ser ético em sua postura na defesa do bem geral de todos, de forma que não se preocupe tão somente com a lucratividade.

A partir da ideia de responsabilidade social da empresa, Samuel Mercier apud Newton de Lucca, expõe que:

É a integração voluntária das preocupações sociais e ecológicas das empresas às suas atividades comerciais e às relações com todas as partes envolvidas interna e externamente (acionistas, funcionários, cliente, fornecedores e parceiros, coletividades humanas) com o fim de satisfazer plenamente as obrigações jurídicas aplicáveis e investir no capital e no meio ambiente.⁵⁴

A atividade empresarial causadora do dano ambiental afeta a todos, aplicando-se então a teoria da responsabilidade objetiva, para somente posteriormente, buscar o nexo de causalidade da ação ou omissão juntamente com o dano. Essa responsabilidade por danos ambientais pode ser do Empreendedor, do Estado, ou do profissional civil, que será responsável pelo dano, podendo ser condenado em ação civil pública.

⁵¹ Idem, p. 163.

⁵² Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: [...]

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

⁵³ Art. 20. Sem prejuízo da aplicação das penas previstas nesta Lei, os responsáveis pelos danos ao meio ambiente e a terceiros responderão, solidariamente, por sua indenização ou reparação integral, independentemente da existência de culpa

⁵⁴ DE LUCCA, Newton. Da ética geral à ética empresarial. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 327.

O empresário, portanto, não deve apenas visar a atividade empresarial como uma dimensão individual, mas coletiva da sociedade, no qual deve-se preservar o meio ambiente através de uma postura ética, em conformidade com preceitos legais e a dignidade da pessoa humana. A empresa assim agindo também estará cumprindo com sua função social.

Vladmir Oliveira da Silveira expõe em sua obra a questão da ética como uma nova fase dos direitos humanos, pois trata-se de responsabilidade ética partir do princípio da proporcionalidade, que ainda está em fase de amadurecimento, mas que deve já ser idealizada para que o Estado proteja o indivíduo de determinadas condutas.⁵⁵ A ética ambiental é assunto de grande relevo, pois a proteção ao meio ambiente por parte das empresas, pois o desenvolvimento sustentável e a conduta do empresário é de interesse primordial para semear cada vez mais um novo pensamento de proteção ao meio ambiente.

As empresas em geral, principalmente aquelas que muitas vezes usam de propagandas e mídia para divulgação de seus produtos, devem ter uma postura impecável para trazer à população a preocupação com o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma postura ética, a partir do ponto de vista social e sustentável.

Newton De Lucca, assinala que (sic):

Ver na Ética um caminho para promover as empresas aos olhos da opinião pública não é uma fantasia, uma miragem. Uma empresa que põe em primeiro lugar os seus clientes, que respeita o meio ambiente, que reconhece ter uma responsabilidade social, que se preocupa com a vida cultural dos seus trabalhadores, que está atenta a todos os que, direta ou indiretamente, têm alguma relação com ela, melhora a sua imagem e tira disso benefícios de diversa índole e, entre eles, benefícios econômicos. Tornou-se evidente para os empresários e gestores que a empresa não se relaciona apenas com as pessoas que têm a ver diretamente com sua produção do ponto de vista econômico. As empresas têm outros tipos de relações para além das meramente econômicas, utilizando-se hoje em dia o termo Stakeholders para designar aqueles que têm qualquer tipo de relação, econômica ou não, com a empresa. Ora, os empresários sabem que todos Stakeholders devem ser objeto de atenção e a simpatia que lhes inspiram acaba por ser economicamente rentável. É por isso que a Ética empresarial tem em consideração, não apenas aqueles que em sentido estrito têm relações econômicas com as empresas, mas os Stakeholders em

⁵⁵ SILVEIRA, Vladmir Oliveira da. Direito humanos: conceitos, significados e funções. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 183-184.

geral. É por esta atenção às repercussões econômicas que muitas vezes se ouve dizer que a ética empresarial é rentável.⁵⁶

A ética, portanto, deve ser considerado um bom negócio, a qual deve estar presente em todos os atos de gestão empresarial, compreendendo, no âmbito negocial, desde a fase de negociação, celebração, execução, até a pós-execução, atendendo ao princípio da função social do contrato. A empresa preocupada com a ética ambiental e com a sustentabilidade do planeta tomará medidas preventivas para evitar o dano ambiental em suas atividades e negócios. A modernização das empresas é bem-vinda, desde que tenha como preceito sua postura ética perante ao ambiente atual de sustentabilidade. Aquele que usar da ciência, deve fazê-lo de modo que acompanhe o respeito ao meio ambiente e a população, cumprindo com sua função social.

Nesse sentido, José Renato Nalini, expõe o entendimento de Carl Sagan, de que existe uma pressuposição de dever ético para as consciências despertas, a de prover, a cada dia, de mais ciência e consciência. A ciência, geradora de conhecimento e aprimoradora de consciência, cumpre o seu papel de vigilante preventivo de males futuros. É a ciência, que nos alerta contra os perigos introduzidos por tecnologias que alteram o mundo, especialmente o meio ambiente de que nossas vidas dependem. A ciência providencia um sistema essencial de alerta antecipado. A atividade da empresa deve obedecer a critérios éticos, para garantir sua sobrevivência na atual atividade consumerista, de forma que o futuro da empresa depende de sua fidelidade a políticas comunitárias de prestígio.⁵⁷

A empresa contemporânea ou assume a ética – denominada responsabilidade social – ou talvez venha a colher fracassos que podem levá-la ao desaparecimento. A reputação se constrói, mas também pode ser destruída. Há exemplos recentes de empresas que não cuidaram de sua credibilidade e foram expelidas do mercado.

AS VANTAGENS PARA O EMPRESÁRIO DE SER SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

O fato das empresas se adequarem aos valores atualmente importantes para a sociedade, preocupando-se não só com as suas atividades empresariais, mas também mostrando-se conscientes de seu papel como parte da engrenagem social, traz a elas inúmeras

⁵⁶ DE LUCCA, Newton, apud BRITO, José Henrique Silveira de, *Ética na vida empresarial*, Revista Portuguesa de Filosofia, Braga – outubro/dezembro. Tomo LV, 1999, Fasc. 4, p. 426. In *Da ética geral à ética empresarial*. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009, pp. 338-339

⁵⁷ NALINI, José Renato. *Ética Ambiental*. 2ª ed. Campinas: Millennium Editora Ltda, 2003. p. XL.;
_____. *Ética Geral e profissional*. 9ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. p. 381

vantagens. Podemos citar que, as empresas que possuem certificação ambiental, como, por exemplo, o “Selo Verde” e “ISO-14001”, seus produtos possuem maior aceitação e, em consequência, são mais valorizadas. O Selo Verde agrega valor à marca e à empresa que se adequa às normas da ABNT.

É o caso, por exemplo, das empresas que produzem compensados e laminados de madeira. O Selo Verde certifica o madeireiro, que passa a ser reconhecido pelo consumidor como uma empresa que segue todos os critérios da responsabilidade socioambiental. Desta forma o comprador pode ter certeza que adquiriu um produto que não agride o meio ambiente.

Os consumidores valorizam as empresas socialmente responsáveis, seja porque assim podem demonstrar sua consciência e preocupação em relação às necessidades ambientais, mas também porque podem colaborar para melhorar a situação existente. Nesse sentido corrobora José Antonio Puppim de Oliveira ao afirmar que “[o] hábito de usar produtos socialmente responsáveis tem, ainda, o poder de tornar os consumidores agentes de mudança social”⁵⁸.

Empresas éticas e com preocupação social, ainda que sejam empresas que não neguem visar o lucro, são mais simpáticas aos olhos dos consumidores e da sociedade em geral. Nesse ponto, vale esclarecer que não necessariamente uma empresa socialmente responsável pensa somente no social e não visa o lucro. Uma empresa é um negócio, tem concorrentes no mercado, devendo se manter competitiva para se manter ativa, mas, em paralelo, é desejável que pense e atue em favor do bem comum da sociedade. Ao tratar da sustentabilidade empresarial, bem pontua José Renato Nalini que

(...) não se imagina que a empresa *só pense no próximo*. Ela é uma organização que visa o lucro. Não é uma entidade filantrópica. Mas pode *pensar também* no próximo. Uma concepção adequada de sustentabilidade leva em conta os dois aspectos: obter lucro e disseminar boas práticas⁵⁹.

Uma empresa socialmente responsável é aquela que atua competentemente no seu ramo de atividade, mas está alerta às demandas e preocupações externas advindas da consciência ambiental global. Vale aqui ressaltar a definição do Instituto Ethos do que seja um negócio sustentável e responsável:

É a atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos

⁵⁸ OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Empresas na sociedade - sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013. 2ed. p. 97.

⁵⁹ NALINI, José Renato, p. 128.

afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade⁶⁰.

Esse reconhecimento pela sociedade de uma empresa socialmente responsável constitui um estímulo para que as empresas se preocupem e se desdobrem para alterar sua forma de atuar, adotando ações e posturas ambientalmente sustentáveis. Afinal, divulgar valores éticos e socialmente responsáveis, altamente valorizados na atual sociedade, atrai atenção do mercado e seus consumidores. Não à toa, afirma José Antonio Puppim de Oliveira que

A responsabilidade social empresarial deixa de ser compulsória e passa a ser estratégica. Estar acima das exigências legais passou a ser uma vantagem competitiva e um diferencial no mercado⁶¹.

Nesse mesmo sentido também mencionou Maitê Moro,

com a sociedade mais consciente e o consumidor mais alerta, as empresas passaram a ver a postura responsável e sustentável como uma vantagem competitiva frente a seus concorrentes. A este respeito comentam Walter Menezes e Thiago Nogueira “a partir daí a sustentabilidade se incorpora inclusive como um mecanismo que passa a personificar algumas empresas com um status e distinção especial; a empresa além de fornecedora de bens e serviços passa a ser também aliada da sociedade, e a fazer disso um instrumento de fortalecimento da imagem e, subsequentemente, da marca, para atrair os consumidores para seus produtos”⁶².

A responsabilidade social é, portanto, um diferenciador das empresas que termina por beneficiar a todos. Os sinais distintivos da empresa, aqueles que identificam a empresa e seus produtos no mercado (nomes empresariais, marcas, etc), "assimilam" e passam a transmitir os valores socialmente responsáveis e destacam-se dentre os demais. A empresa que adota valores e ações socialmente responsáveis entra em um verdadeiro círculo virtuoso, gerando desenvolvimento sócio-econômico-sustentável.

⁶⁰ Instituto ETHOS. http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.Uip5wBbF_J9, acesso em 06.09.2013.

⁶¹ OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. op. cit. p. 97.

⁶² NOGUEIRA, Thiago Rodrigues São Marcos. *Direito Internacional, empresa e sustentabilidade*. In: *Empresa, Sustentabilidade e Funcionalização do Direito*. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da (coord.) São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011 (Col. Justiça, Empresa e Sustentabilidade; v.2), p. 355.

Além da responsabilidade empresarial incrementar a vantagem competitiva de uma empresa, acaba também atrair mais e maiores investimentos para essas empresas. Apesar do investimento sustentável constituir um desafio para o setor financeiro, é ele por muitos considerado um investimento mais seguro e com melhor retorno. Um indício disso é o melhor desempenho das ações na Bolsa de Valores brasileira de empresas consideradas "verdes" em relação às demais empresas⁶³.

Para serem efetivamente reconhecidas pelo público como socialmente responsáveis, as empresas necessitam atuar como tal, mas também divulgar seus esforços e ações. Nessa seara, a comunicação por meio da publicidade cumpre um papel de destaque para a transformação da ação socio-econômico-sustentável em vantagem competitiva. Também valendo-se de órgãos de certificação, para obtenção de marcas de certificação, como, por exemplo, ISO-14001 e Selo Verde, como já referido alhures.

Como divulgar ações socialmente responsáveis traz benefícios, estes acabam por chamar a atenção de todas as empresas, sejam elas efetivamente preocupadas com a responsabilidade social ou não. Constatando esta "oportunidade", muitas empresas divulgam-se sustentáveis e socialmente responsáveis, quando na verdade não o são. A este tipo de publicidade enganosa, que não corresponde à realidade, denomina-se *greenwashing*. O *greenwashing* vem sendo combatido no Brasil, tanto que o Código de Autorregulamentação Publicitária do CONAR, foi recentemente alterado para reprimir este tipo de publicidade⁶⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos e liberdades não foram conquistados pacificamente, mas sim mediante árdua luta, baseando-se historicamente no modelo ocidental. São atos e fatos históricos, posicionamentos ideológicos, posições filosóficas, textos normativos e instituições que configuraram um corpo jurídico de instituições e normas de caráter declaratório internacional e de direito fundamental constitucional, a fim de dotar de eficácia real a dignidade da pessoa humana em suas mais amplas manifestações, por intermédio dos direitos humanos.

⁶³ Para tanto, veja-se estatísticas do ISE, in: www.bmfbovespa.com.br.

⁶⁴ A este respeito vide: www.conar.com.br

O maior problema de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, talvez seja a sua garantia e proteção, a fim de impedir a sua contínua violação. Os direitos humanos são um fenômeno social e, ao longo dos anos, ocorreu um aumento da quantidade de bens considerados merecedores desta tutela, sendo estendida a titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos, por meio das relações de interdependência e com o reconhecimento de novos direitos, como o direito ao desenvolvimento sustentável.

As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, e a fixação de princípios, regramentos ou garantias é uma forma de tutela jurídica. Os princípios, como normas jurídicas que são, podem dar origem a direitos subjetivos públicos ou privados, capazes de originar pretensões frente à parte adversária ou mesmo contra o Estado, cuja tutela jurisdicional será outorgada pelo órgão jurisdicional que determinar coercitivamente a observância de tais normas ou as consequências de sua inobservância.

Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma, pois a ofensa a um princípio implica na transgressão de todo um sistema de comando, pois representa insurgência contra todo um sistema, subvertendo valores fundamentais presentes em nossa constituição, a qual adotou uma postura antropocêntrica.

O princípio do desenvolvimento sustentável não é abstrato ou de observância protelável, posto que o planeta hoje alcançou um perigoso limite no que diz respeito à exploração dos seus recursos naturais. Nesse sentido, o artigo 225 da Constituição Federal visa garantir a proteção ao meio ambiente, ao determinar como legitimados passivos pelos danos ao meio ambiente, tanto o Poder Público, quanto a coletividade, daí a dimensão da responsabilidade solidária dos causadores do dano ambiental.

O Poder Público, cujo principal objetivo é o de promover o bem comum, por meio de ações no campo da educação, segurança e saúde, tem o dever e a obrigação de defender e preservar o meio ambiente para a presente e futuras gerações, não somente por meio do Poder de Polícia da Administração Pública, mas também por ações positivas, como, por exemplo, da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), que em seu bojo dispõe que a responsabilidade do poluidor é objetiva (parágrafo 1º do artigo 14), e o poluidor terá a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, a partir do binômio dano/reparação. O princípio da responsabilidade é o da reparação integral.

A responsabilidade dos causadores do dano ambiental é solidária, com fundamento nos artigos. 3º, inciso. IV, e 14, § 1º, da Lei 6.398/81, combinado com o artigo 942 do Código

Civil, aplicado subsidiariamente à Lei 6.938/81. Assim, a responsabilidade pelo dano ambiental recairá sobre todos aqueles, que por meio de sua atividade, causaram o dano, e o ressarcimento deve ser integral, além de sofrer a punições penais na forma da lei.

A responsabilidade social da empresa, voltada para a melhoria das condições de vida de todos, deve ser amplamente praticada pelas empresas preocupadas com o desenvolvimento sustentável, uma vez que a atividade empresarial causadora do dano ambiental afeta a todos.

O empresário, portanto, não deve apenas visar a atividade empresarial como uma dimensão individual, mas coletiva da sociedade, no qual deve-se preservar o meio ambiente por meio de uma postura ética, em conformidade com preceitos legais e a dignidade da pessoa humana. Ademais, ter uma postura socialmente responsável também traz benefícios e vantagens para o empresário. O que não se pode admitir é que empresários que não tenham genuína preocupação com a preservação do meio ambiente em suas ações, se valham e se beneficiem dessa condição.

Estas são nossas considerações finais sobre um tema que não é, seguramente, esgotado neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999

BAUMAN, Zygmund. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 8ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 9ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade – direito ao futuro*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

MENEGUZZI, Rosa Maria. *Conceito de licitação sustentável*. In SANTOS, Murillo Giordan; BARLI, Teresa Villac Pinheiro. (Coord.). *Licitações e contratações públicas sustentáveis*. Belo Horizonte, Editora Fórum: 2011.

NOGUEIRA, Thiago Rodrigues São Marcos. *Direito Internacional, empresa e sustentabilidade*. In: *Empresa, Sustentabilidade e Funcionalização do Direito*. SILVEIRA, Vladmir Oliveira da (coord.) São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011 (Col. Justiça, Empresa e Sustentabilidade; v.2).

PEREIRA, Thomaz Henrique Junqueira de Andrade. *O direito fundamental à tutela jurisdicional*. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-30062009-120334/>>. Acesso em: 2013-08-09.

PORTELLA, Eduardo. *Modernidade no vermelho*. In SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Brasil. Um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RUBIANO, Mariana de Mattos. *Liberdade em Hannah Arendt*. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-09112011-145638/>>. Acesso em: 2013-08-08.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais. Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 11ª ed. Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; ROCASOLANO, Maria Mendez. *Direitos humanos. Conceitos, significados e funções*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; MEZZARROBA, Orides (Coord.). *Justiça, empresa e sustentabilidade. Vol. 2. Empresa, sustentabilidade funcionalização do direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.